

## Newsletter N° 10 julho e agosto de 2022

### INFORMAÇÕES NACIONAIS



No Secretariado Nacional realizado em julho, a UGT aprovou uma Resolução, na qual reitera o seu empenho na obtenção de um verdadeiro acordo sobre competitividade, rendimentos e salários como instrumento fulcral para ultrapassar a difícil situação económica e social que o país atravessa, ressaltando, no entanto, que não haverá acordo por parte da UGT caso se pretenda ignorar a questão dos salários.

Nesta Resolução, a UGT exorta o Governo nomeadamente a promover com urgência alterações nos mecanismos fiscais de formação de preços dos bens alimentares e nos combustíveis domésticos e a encontrar, em diálogo social alargado, mecanismos de resposta à reposição do poder de compra para todos os ativos e para os reformados e pensionistas já no corrente ano.

#### INFORMAÇÃO SINDICAL



Reunião com a Secretária de Estado da Saúde

#### SINTAP defende criação das carreiras de técnico e técnico administrativo de saúde

O SINTAP reuniu esta quarta-feira, 27 de julho, com a Secretária de Estado da Saúde, Fátima Fonseca, para discutir a criação da carreira de técnico auxiliar de saúde, na expectativa de que nesta reunião pudesse já ser apresentado pelo Governo um projeto de diploma sobre a matéria, algo que acabou por não acontecer.

A Secretária de Estado garantiu que, no âmbito do cumprimento do Programa do Governo e da execução do Orçamento do Estado para 2022, apresentará, tão brevemente quanto possível, um protocolo negocial com vista à negociação do diploma de criação da nova carreira de técnico auxiliar no decurso do mês de setembro, de modo a que todo o processo se conclua até ao final do ano.

O SINTAP, apesar de valorizar uma iniciativa legislativa que vem defendendo há muito, considera que este é também o momento certo para rever todas as carreiras gerais, bem como as carreiras subsistentes e as carreiras não revistas do setor, incluindo a carreira de técnico superior de saúde.

O SINTAP defende ainda a criação de carreiras especiais também nos setores da educação, da segurança social, das autarquias, entre outros setores, em negociações que devem desenvolver-se também a partir de setembro, no âmbito do processo de negociação geral anual para a Administração Pública e do Orçamento de Estado 2023, a partir de uma visão sistémica da revisão das carreiras.

Não obstante o facto de, indiscutivelmente, a revisão pontual de uma qualquer carreira ser benéfica para os trabalhadores que a integram, o SINTAP não tem dúvidas de que, deste modo, serão sempre criadas novas injustiças face a outros trabalhadores, não só de carreiras similares, mas também de outras carreiras que aguardam revisão, muitas delas, há décadas, pelo que insta o Governo a olhar de forma integrada para todo o sistema de carreiras da Administração Pública.

A revisão de carreiras é uma das matérias sobre as quais os trabalhadores mantêm maiores expectativas, pelo que o SINTAP manifesta o seu total empenho e disponibilidade para negociá-las com o Governo, mas também, sempre que os trabalhadores considerarem adequado para o alcance dos seus objetivos, enveredar por formas de luta mais duras.

Lisboa, 28 de julho de 2022



O SINTAP reuniu a 27 de julho, com a Secretária de Estado da Saúde, Fátima Fonseca, para discutir a criação da carreira de técnico auxiliar de saúde, na expectativa de que nesta reunião pudesse já ser apresentado pelo Governo um projeto de diploma sobre a matéria, algo que acabou por não acontecer.

**Aceda aqui à Comunicação:**

<https://www.ugt.pt/comunicados/comunicados-4>



**60% dos profissionais da Educação assinalam o excesso de trabalho como uma das suas mais fortes preocupações**

**Aceda aos resultados da consulta aqui:**

[https://fne.pt/uploads/documentos//documento\\_1659099263\\_5411.pdf](https://fne.pt/uploads/documentos//documento_1659099263_5411.pdf)

A FNE realizou uma consulta nacional para a apreciação das condições de trabalho dos professores no ano letivo que agora terminou. A consulta decorreu entre 28 de junho e 4 de julho e teve como base as três maiores preocupações que os professores têm com a sua atividade profissional.

Os resultados são claros: 60,3% referem o excesso de trabalho, e 52,9% assinalam a saúde mental e o seu bem-estar, o que obviamente está associado ao registo anterior, seguidas pelo comportamento dos alunos e a avaliação de desempenho.

A consulta debruçou-se ainda sobre as condições de que os educadores e professores dispuseram para acompanharem os alunos desde que foi retomado o ensino presencial, tendo 70,9% dos inquiridos afirmado que as suas escolas definiram planos de intervenção pedagógica nesta situação e com vista à promoção do sucesso educativo; no entanto, um quarto dos respondentes afirmou que a escola não teve condições para concretizar os respetivos planos de intervenção e 36,6% afirma mesmo que não teve acesso aos apoios de que precisou para o trabalho que quis desenvolver com os seus alunos, sendo que 33,2% sublinha mesmo que não teve acesso aos recursos digitais necessários para o trabalho docente. Os resultados são preocupantes e demonstram que muito há ainda a fazer no sistema de ensino em Portugal.



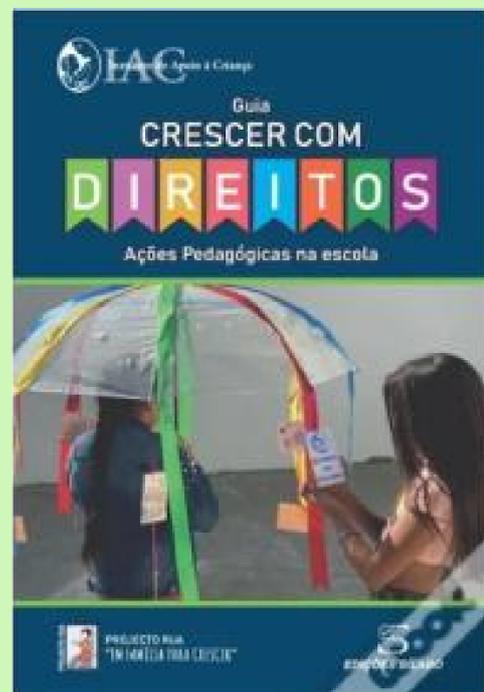
## Guia “Crescer com Direitos - Ações Pedagógicas na Escola”

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) editou o Guia “Crescer com Direitos - Ações Pedagógicas na Escola”, que reúne um conjunto de propostas de ações pedagógicas realizadas em contexto escolar.

O Guia está estruturado em três partes: parte I – Investir no futuro da criança; parte II – Na escola com Direitos e parte III – Experiências para partilhar.

Esta publicação destina-se a animadores, educadores, professores e a todos os profissionais que acreditam na educação como ferramenta privilegiada de promoção da inclusão e do desenvolvimento e que procuram novas estratégias para enriquecer as suas práticas.

Para mais informações sobre os livros do IAC, aceda a Livros IAC - Instituto de Apoio à Criança (iacrianca.pt)





## Desafio às Escolas

### Boas Práticas em Educação

A Direção-Geral da Educação convida todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas, do território nacional e regiões autónomas, do ensino público ou privado, a partilhar as boas práticas e projetos inovadores que desenvolvem ao longo do ano.

As boas práticas poderão ser remetidas para [boletimdge@dge.mec.pt](mailto:boletimdge@dge.mec.pt) acompanhadas de um pequeno texto descritivo, de uma imagem e, dentro do possível, de uma hiperligação.



Esta edição do mês de julho refere os dados do relatório “Educação Inclusiva 2020/2021 – Apoio à aprendizagem e à inclusão, escolas públicas da rede do Ministério da Educação”, inclui um artigo de opinião de Jaime Carvalho e Silva, que defende que no século XXI todos devem estudar Matemática, incluindo um núcleo comum para todos e diferentes vias complementares conforme os interesses e expectativas de diferentes estudantes e ainda a nova edição da Estratégia Europeia uma Internet melhor para crianças (BIK+), que tem como objetivo fundamental garantir que as crianças sejam protegidas, respeitadas e capacitadas para o mundo digital.

Para além destas notícias, esta edição contém muitas outras, de igual interesse.

**Aceda a esta e outras edições aqui: <http://www.dge.mec.pt/boletim-noesis>**

## Educação Inclusiva 2020/2021 – Apoio à aprendizagem e à inclusão, escolas públicas de rede do Ministério da Educação”

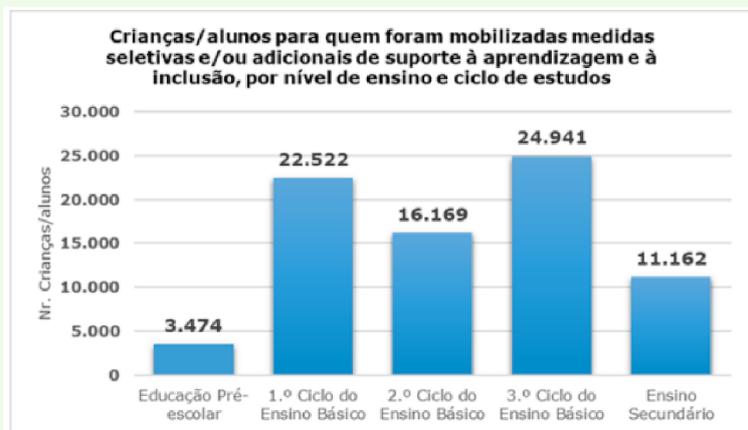
### “PLANO 21 | 23 Escola+ - segundo relatório de monitorização”

Foram publicados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação (DGEEC), no mês de junho, os relatórios “Educação Inclusiva 2020/2021 – Apoio à aprendizagem e à inclusão, escolas públicas de rede do Ministério da Educação” e “PLANO 21 | 23 Escola+ - segundo relatório de monitorização”.

O relatório “Educação Inclusiva 2020/2021 – Apoio à aprendizagem e à inclusão, escolas públicas da rede do Ministério da Educação” apresenta os dados do questionário que visou perceber a forma como as escolas organizam os recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, através da resposta a cinco questões tidas como fundamentais:

- Quais as medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão que foram mobilizadas pelas escolas, no âmbito do Relatório Técnico-Pedagógico?
- Que outros recursos de apoio à aprendizagem e à inclusão são definidos nos Relatórios Técnico-Pedagógicos para operacionalizar as medidas seletivas e/ou adicionais?
- Qual a evolução dos percursos escolares dos alunos para quem foram mobilizadas medidas seletivas e/ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão?
- Como se encontram organizados os recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão nas escolas?
- Quais as parcerias estabelecidas pelas escolas com instituições da comunidade educativa?

No ano letivo 2020/2021, nas escolas públicas da rede do Ministério da Educação, existiam 78.268 crianças inscritas na educação pré-escolar e alunos matriculados nos ensinos básico ou secundário para os quais foram mobilizadas medidas seletivas e/ ou adicionais de apoio à aprendizagem e à in-



clusão, no âmbito dos respetivos Relatórios Técnico-Pedagógicos (RTP). Dessas 78.268 crianças/alunos, 3.474 (4,4%) estavam inscritas na educação pré-escolar; 22.522 (28,8%), 16.169 (20,7%) e 24.941 (31,9%) estavam, respetivamente, matriculados nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; e 11.162 (14,3%) estavam matriculados no ensino secundário.

As conclusões indicam que as escolas estão a focar o seu trabalho numa intervenção o mais atempada possível, mobilizando para isso medidas de apoio à aprendizagem com maior incidência na educação pré-escolar e também no primeiro ciclo. Estas medidas mantêm-se, embora com menor percentagem, ao longo de toda a escolaridade obrigatória. Num total de 78.268 RTP elaborados, verifica-se a seguinte distribuição: educação pré-escolar - 4,4%; 1.º ciclo do ensino básico - 28,8%; 2.º ciclo do ensino básico - 20,7%; 3.º ciclo do ensino básico - 31,9% e ensino secundário - 14,3%.

O questionário resultou de um trabalho prévio no âmbito da equipa que envolve vários serviços da administração educativa responsável pelo eixo 3 do referido Plano. Durante o mês de maio o questionário foi reaberto para que os AE/ENA tivessem oportunidade de rever/atualizar a informação anteriormente reportada, assim como preencher um novo módulo de avaliação do impacto das ações específicas implementadas, o que permitiu a obtenção e a análise de dados relativos à:

- Classificação, por parte de cada AE/ENA, de cada uma das ações específicas implementadas, no que respeita ao impacto no processo de recuperação das aprendizagens dos alunos, em cada nível de ensino e ciclo de estudos;
- Identificação da ação específica, de entre as implementadas, considerada como a mais importante por cada AE/ENA;
- Identificação das três principais razões que justificaram a seleção dessa ação específica como preferencial.
- A informação apresentada constitui-se como um dos contributos para a referida monitorização, estando a ser complementada por outros indicadores que consideram os impactos produzidos na aprendizagem dos alunos. Os dados apresentados permitem traçar um retrato da mobilização que as escolas fizeram das medidas disponibilizadas.

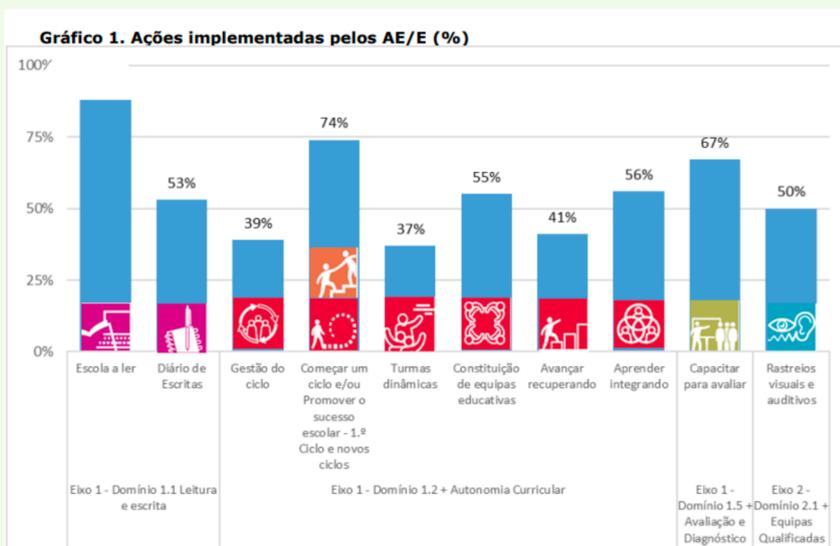
As ações mais adotadas pelos AE/E foram "Escola a Ler" (88% dos AE/E), "Começar um novo ciclo e/ou 1.º ciclo e novos ciclos" (74%) e "Capacitar para avaliar" (67%).

As ações menos selecionadas pelos AE/E foram as "Turmas Dinâmicas", "Gestão do ciclo" e "Avançar recuperando" (com 37%, 39% e 41% respetivamente).

Quando analisados os diferentes níveis/ciclos, não existem grandes diferenças em termos da sua implementação transversal, podendo as

ações específicas ser agregadas em três grandes grupos, independentemente do nível de ensino e ciclo de estudos a que se esteja a referir.

- Um primeiro grupo, formado pelas ações "Escolas a Ler", "Começar um Ciclo e/ou 1.º Ciclo e Novos Ciclos" e "Capacitar para Avaliar", com as maiores taxas de adesão pelos AE/E (respetivamente 9 em cada 10, 8 em cada 10 e 7 em cada 10 dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas);
- Um segundo grupo, formado por ações cuja adesão dos AE/E varia entre os 50% e os 60%, pelas ações "Constituição de Equipas Educativas", "Aprender Integrando" e "Diário de Escritas";
- E por fim, um último grupo de ações específicas, que registou menores proporções de adesão – entre 35% e 40% – formado pelas ações "Avançar Recuperando", "Gestão do Ciclo" e "Turmas Dinâmicas"; no ensino secundário, as duas últimas ações específicas trocam de posição relativa no que toca a taxas de adesão, registando aqui a ação "Turmas Dinâmicas" uma taxa de adesão ligeiramente superior à "Gestão do Ciclo"



**Aceda ao relatório aqui:**

[https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/newsId=1369&fileName=DGEEC\\_SegundoRelatorio\\_de\\_Monitorizacao.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/newsId=1369&fileName=DGEEC_SegundoRelatorio_de_Monitorizacao.pdf)



# Nem mais uma palmada!

Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência



O Presidente da República

Se tem mais de 18 anos, pode ajudar a compreender o que a sociedade atual pensa sobre os castigos corporais, ao responder a este questionário. É necessária a colaboração de todos para erradicar a violência do quotidiano das crianças! Torne-se um participante ativo preenchendo o formulário de parceria no âmbito da Campanha “Nem Mais uma Palmada”.

**Aceda aqui ao formulário:**

<https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=TIFYa2qCF0qeBbwb8OAajjo5lWxo8bFAumTFbf4HbQNUODNQUVNVTFdXNIJBVUxQUIZGVU1BN TdHNS4u>

id=TIFYa2qCF0qeBbwb8OAajjo5lWxo8bFAumTFbf4HbQNUODNQUVNVTFdXNIJBVUxQUIZGVU1BN TdHNS4u

Vídeo do Encontro “Nem Mais uma Palmada”, realizado dia 1 de junho de 2022 na Fundação Champalimaud, em Lisboa.

Mensagem de Sua Excelência o Presidente da República por ocasião do Encontro “Nem Mais uma Palmada”, realizado dia 1 de junho de 2022 na Fundação Champalimaud, em Lisboa.

O Instituto de Apoio à Criança iniciou no dia 22 de fevereiro de 2022, Dia Europeu da Vítima de Crime, uma Campanha que visa combater a violência contra as crianças, com particular foco nos castigos corporais e que conta com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República.

No âmbito da Estratégia Nacional da Campanha “Nem mais uma Palmada”, o Instituto de Apoio à Criança está a desenvolver o Estudo “Será que uma palmada resolve? O que pensa a sociedade sobre os castigos corporais?”

O comportamento das crianças é sempre alvo de interesse por parte de pais, cuidadores, profissionais e investigadores da área da psicologia do desenvolvimento. É desejável, pela sociedade em geral, que as crianças se comportem de forma pró-social (“sejam bem-educadas”) e que os seus comportamentos indesejados sejam evitados ou minimizados. O presente estudo visa compreender as crenças de adultos sobre a utilização de castigos corporais, na sociedade portuguesa.



# Olimpíadas Internacionais de Biologia - Arménia

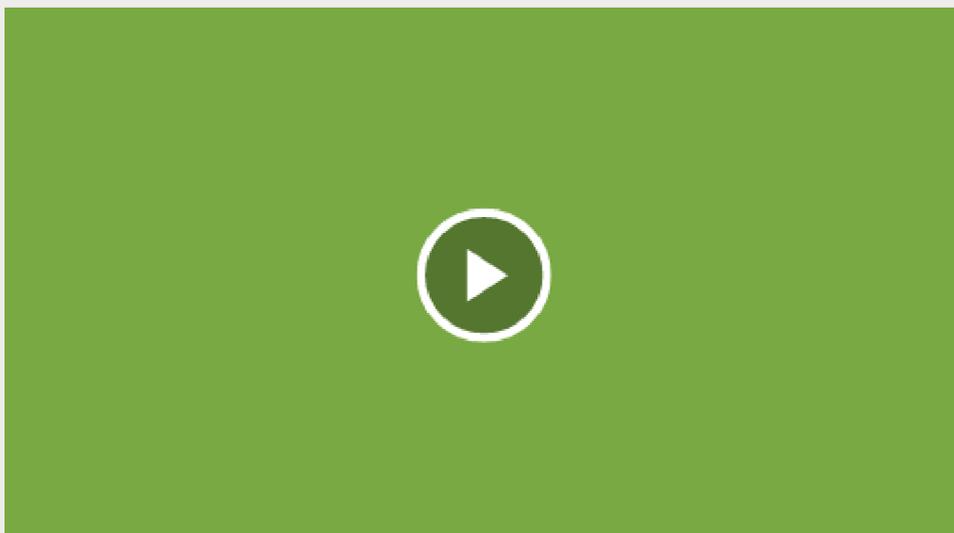


Portugal subiu ao pódio, mais uma vez, nas Olimpíadas Internacionais de Biologia, que decorreram em Yerevan (Arménia), entre 10 e 18 de julho. Os alunos André Daniel Malta Aires Melo da Cruz (11.º ano, Colégio de Gaia – Escola Católica, Vila Nova de Gaia) e Tiago Miguel Gomes de Sousa (11.º ano, Escola Secundária São João do Estoril, Cascais) foram galardoados com uma medalha de bronze cada um.

Para além destes, a representação portuguesa esteve ainda a cargo de Guilherme Eduardo Ramos Gouveia (12.º ano, Colégio Militar, Lisboa). Esta é uma prestigiada competição internacional que conta com quase 300 participantes, em representação de 78 países.



<https://ibo2022.org/en/mediabox/video-gallery>



## Evento Multiplicador do Projeto MEYE Mathematics in Early Years Education e Partilha de Boas Práticas



Teve lugar, no dia 13 de julho, o Evento Multiplicador do Projeto MEYE *Mathematics in Early Years Education* e Partilha de Boas Práticas, no Auditório da Escola Básica do Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo.

### RELEVO® - Comunidade Nacional de Boas Práticas Educativas



A Associação Nacional dos Professores Contratados (ANVPC) disponibiliza em [www.relevo.org](http://www.relevo.org) a RELEVO® - Comunidade Nacional de Boas Práticas Educativas, uma plataforma para disseminação de boas práticas educativas desenvolvidas desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, por parte de todos os atores no processo de ensino: alunos, professores, diretores, pais e encarregados de educação e demais profissionais de educação e parceiros educativos.

Tendo como principal objetivo a criação de comunidades de partilha e de aprendizagem ou o estímulo do intercâmbio de ideias e de experiências inovadoras, a RELEVO® propõe-se divulgar projetos e atividades nas categorias da solidariedade, inclusão, sustentabilidade, cidadania, empreendedorismo, humanismo, entre outras, consentâneos com os princípios e valores definidos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.



Foram remetidas às escolas as orientações curriculares relativas ao Curso Básico de Teatro, recentemente criado. A Portaria n.º 65/2022, de 1 de fevereiro, introduziu no elenco dos Cursos Artísticos Especializados de nível básico, o Curso Básico de Teatro nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Tratando-se de um novo curso, sem referenciais curriculares para as disciplinas da formação artística especializada, iniciou-se o processo de conceção de Aprendizagens Essenciais, por ciclo, havendo lugar, oportunamente, à consulta pública antes da respetiva homologação. Entretanto, e considerando que no próximo ano letivo o início do desenvolvimento desta nova oferta se cinge apenas aos 5.º e 7.º anos de escolaridade, foi remetido, às escolas que terão o curso em funcionamento em 2022/2023, um documento orientador no qual se estabelecem as Aprendizagens Essenciais para todas as disciplinas da formação artística especializada do Curso Básico de Teatro, exclusivamente para os 5.º e 7.º anos.

### **Portaria n.º 206/2022 - Cursos de Especialização Tecnológica**

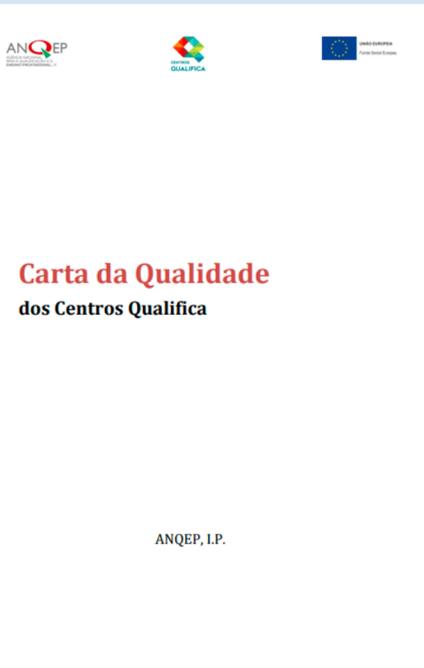
Foi publicada a portaria que regula os Cursos de Especialização Tecnológica (CET). No seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 39/2022 que alterou o regime dos CET, esta portaria define as condições de funcionamento destes cursos, bem como o modelo e as condições de emissão dos respetivos certificados e diploma.

A Portaria estabelece as regras que permitem a simplificação e flexibilização dos processos de aprovação e funcionamento dos CET - a estrutura curricular, o modelo de organização da formação e o respetivo procedimento de autorização de funcionamento -, reforçando-se a ligação com as dinâmicas do mercado de trabalho e a necessidade de respostas formativas para técnicos intermédios, de acordo com o estabelecido no Acordo «Formação Profissional e Qualificação: Um desígnio estratégico para as pessoas, para as empresas e para o país», assinado entre o governo e os Parceiros Sociais.

Os CET obedecem aos referenciais de competências e de formação associados a qualificações de nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) que integram o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e dão lugar à emissão de um diploma de qualificação e de um certificado de qualificações, passando a ser possível obter um certificado de qualificações parcial quando haja lugar à conclusão com aproveitamento de uma ou mais unidades de competência e ou de formação que não permita a conclusão da totalidade do CET. Reforça -se, assim, a natureza dos CET enquanto modalidade de formação de dupla certificação de nível pós-secundário não superior especialmente dirigida à requalificação e reconversão profissional, ao aprofundamento das competências profissionais e à consolidação dos percursos de formação inicial, estimulando em simultâneo o prosseguimento de estudos para o ensino superior.

Aceda à portaria aqui: [https://www.anqep.gov.pt/np4/?newsId=842&fileName=Portaria\\_206\\_2022.pdf](https://www.anqep.gov.pt/np4/?newsId=842&fileName=Portaria_206_2022.pdf)

## Carta da Qualidade dos Centros Qualifica



Já está disponível a Carta da Qualidade dos Centros Qualifica. A Carta da Qualidade estabelece os princípios orientadores da intervenção dos Centros Qualifica e define os critérios de qualidade, eficiência e eficácia a ter em conta no desenvolvimento da atividade dos Centros. São também identificados os indicadores e os padrões de referência que devem nortear a sua atividade com o objetivo de garantir um desempenho elevado dos Centros Qualifica na qualificação dos adultos, melhorar a qualidade da orientação e do encaminhamento efetuado pelos Centros Qualifica, estimular a autonomia e a responsabilidade dos Centros Qualifica e promover a autoavaliação e a melhoria contínua. A rede de Centros Qualifica passa, assim, a dispor de um instrumento de trabalho que contribui para a melhoria da qualidade da resposta às necessidades de qualificação dos adultos.



Em 2022, assinala-se o Ano Europeu da Juventude (AEJ). Durante este ano, pretende-se, entre outros, colocar em evidência a importância da juventude europeia para a construção de um futuro melhor e o papel que os jovens podem desempenhar na construção da visão, dos valores e dos princípios europeus.

Em Portugal, o Comité Diretor do Ano Europeu da Juventude, constituído por diversas entidades e coordenado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), tem por missão promover as comemorações no nosso país. Assim, este Comité convida todas as escolas, associações de pais, associações de estudantes e outras entidades a associarem-se ao AEJ. Para tal, sugere-se:

- o registo no portal AEJ, para divulgação dos eventos realizados, no âmbito do Ano Europeu da Juventude 2022;
- a divulgação do logótipo do AEJ nos respetivos canais de comunicação;
- a partilha de mensagens sobre o AEJ nas atividades que organizam, incluindo as hastags #AEJ2022 e #EYY2022 #EuropeanYearofYouth #AnoEuropeudaJuventude;
- a disponibilização do spot institucional do AEJ, disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=eWm4amYNY-o>, durante as atividades dinamizadas.

# ESTATÍSTICAS

O ESI mede o desempenho da “distância do ideal” dos países. Este desempenho ideal é escolhido como o mais alto alcançado por qualquer país durante um período de 7 anos. O desempenho ideal é dimensionado para ser 100 e as pontuações de todos os países são então calculadas e comparadas com esse valor. A base do ESI são 15 indicadores individuais de vários conjuntos de dados internacionais. As pontuações são então calculadas em média e, finalmente, a pontuação do Índice é formada. Para ilustrar, uma pontuação de 65 no Índice (ou pilar, sub-pilar etc.) sugere que o país atingiu 65% do desempenho ideal. Assim, ainda há 35% (100-65) espaço para melhorias. Uma pontuação de 100 corresponde a uma meta de desempenho aspiracional para aquele indicador. Uma pontuação de 0 corresponde a um desempenho de caso mais baixo.

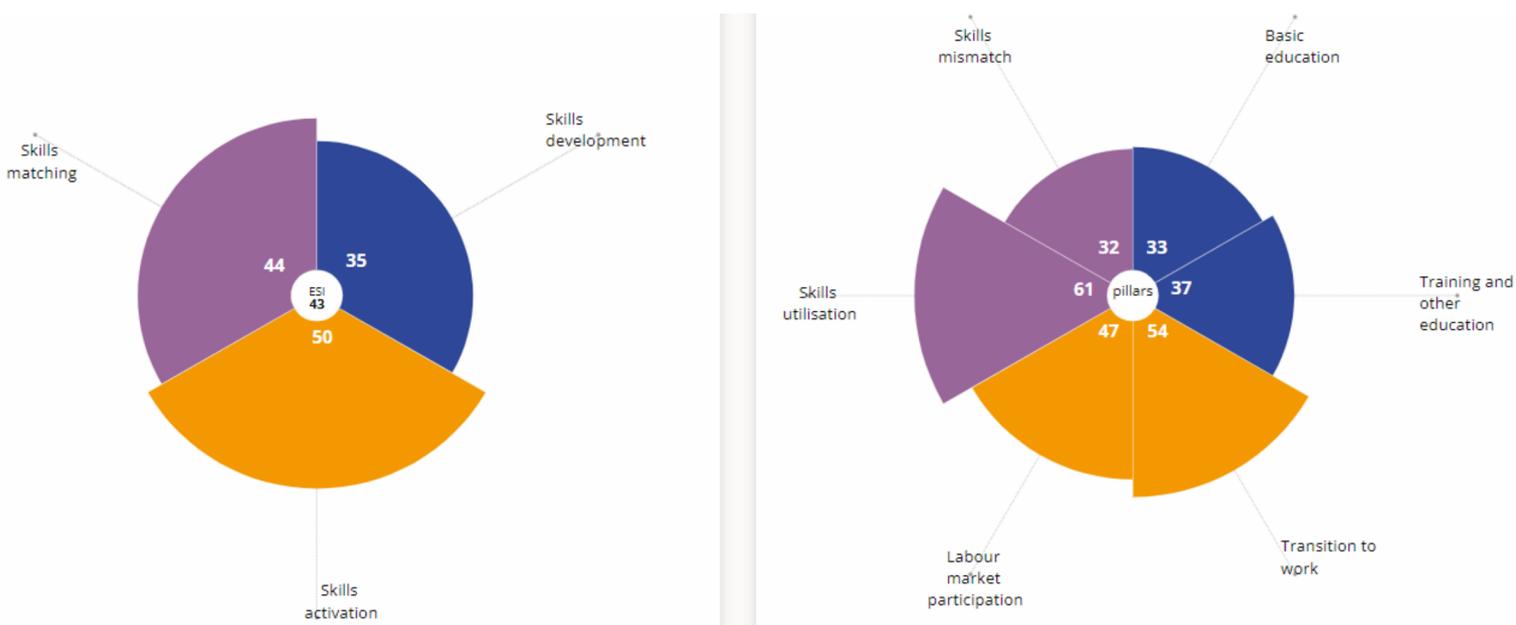
## Pontuações de 2022 e progresso ao longo do tempo

Portugal ocupa a 24ª posição em 2022 mantendo-se na mesma posição de 2020 e ocupando a última posição no grupo "cumprimento médio". Ocupa o 27º lugar em termos de desenvolvimento de competências, 21º em ativação de competências e 24º em correspondência de competências.

Portugal ocupa o 27º lugar no desenvolvimento de competências, com desempenho médio no sub-pilar formação e ensino superior, onde o melhor resultado é obtido tanto em “leitura, matemática e ciências (15 anos)” como em “formação recente” (16º lugar). A pior pontuação diz respeito ao “ensino secundário superior e acima”, onde Portugal ocupa o 31.º lugar.

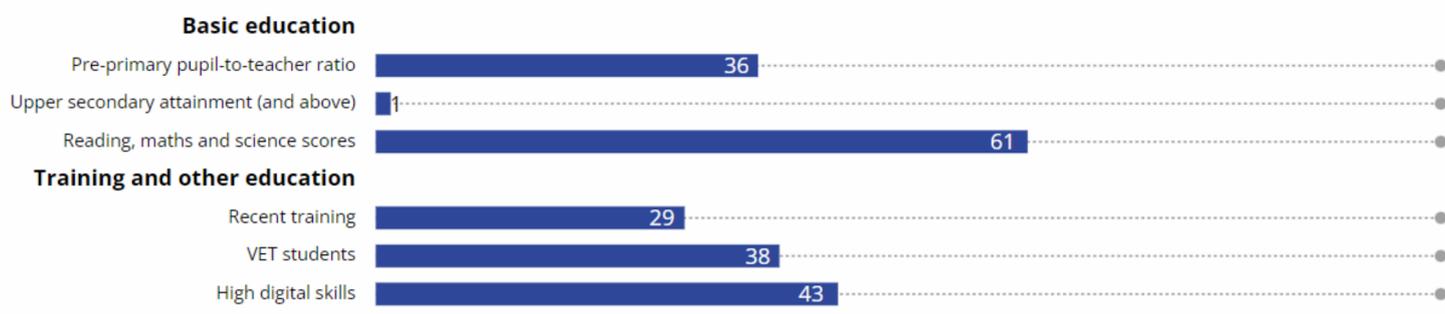
Portugal ocupa o 21º lugar na ativação de competências. Obtém uma pontuação muito boa para a taxa de atividade do grupo mais velho (25-54), onde ocupa a 5ª posição, embora os demais indicadores se encontrem na metade inferior da classificação (a classificação mais baixa é a 25ª em “recém-formados empregados”).

Portugal ocupa o 24º lugar relativamente à correspondência de competências. Tem uma boa pontuação em “assalariados com baixos salários (CITE 5-8)”, ocupando o 6º lugar, mas está em posições inferiores ao 16º em todos os outros indicadores deste pilar.



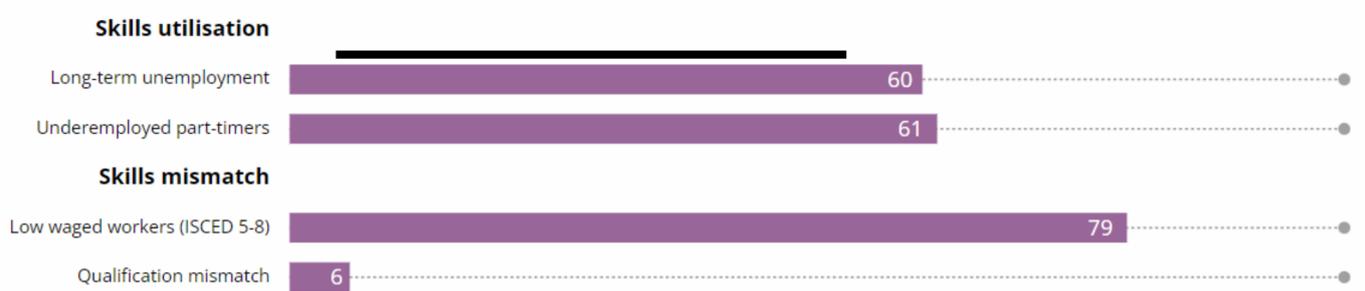
# Desenvolvimento de competências

## Skills Development in Portugal



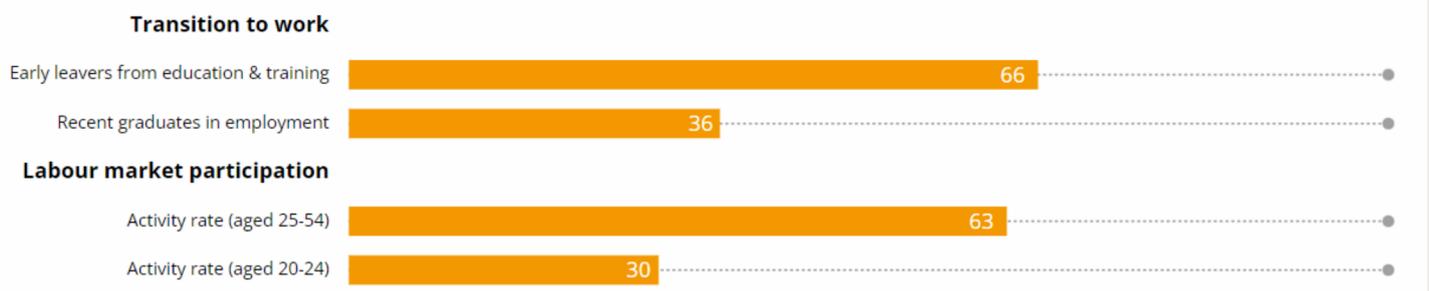
# Correspondência de competências

## Skills Matching in Portugal



# Ativação de competências

## Skills Activation in Portugal



# INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS



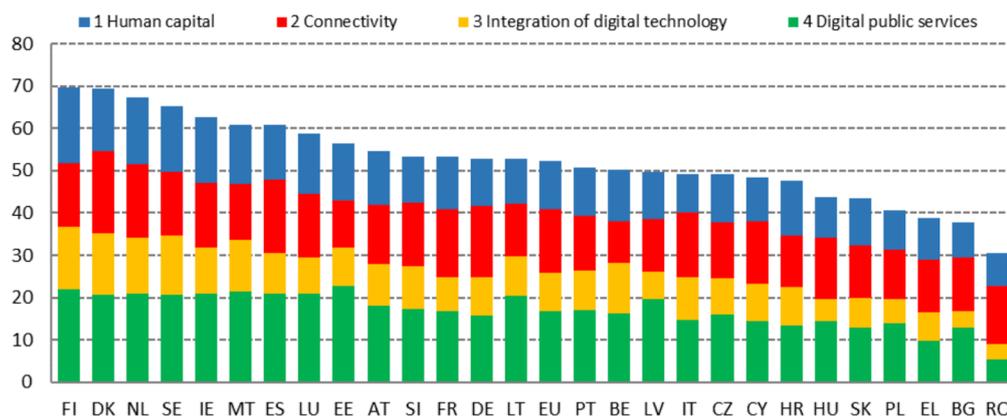
Comissão Europeia

## Índice de digitalidade da economia e da sociedade de 2022: progressos globais, mas as competências digitais, as PME e as redes 5G estão atrasadas

A Comissão publicou os resultados do Índice de digitalidade da economia e da sociedade (IDES) de 2022, que acompanha os progressos realizados nos Estados-Membros no domínio digital. Durante a pandemia de COVID-19, os Estados-Membros deram passos em frente no plano da digitalização, mas continuam a ter dificuldade em colmatar as lacunas existentes em matéria de competências digitais, transformação digital das PME e implantação de redes 5G avançadas. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que consagra cerca de 127 mil milhões de EUR a reformas e investimentos no domínio digital, oferece uma oportunidade sem precedentes para acelerar a transformação digital que a UE e os Estados-Membros não podem deixar passar.

As conclusões mostram que, embora a maioria dos Estados-Membros esteja a realizar progressos na sua transformação digital, a adoção de tecnologias digitais essenciais pelas empresas, como a inteligência artificial (IA) e os megadados, continua a ser reduzida. É necessário redobrar esforços por forma a assegurar a plena implantação das infraestruturas de conectividade (nomeadamente a tecnologia 5G) necessárias para garantir serviços e aplicações altamente inovadores. As competências digitais são um outro domínio importante em que os Estados-Membros precisam de realizar mais progressos.

Digital Economy and Society Index (DESI) 2022 ranking



Mais informações aqui:

[https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip\\_22\\_4560](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_22_4560)

Há uma tendência de convergência genericamente positiva: a UE continua a melhorar o seu nível de digitalização e os Estados-Membros que partiram de níveis mais baixos estão a recuperar gradualmente, aumentando a um ritmo mais rápido. Em particular, a Itália, a Polónia e a Grécia melhoraram substancialmente os seus resultados no IDES ao longo dos últimos cinco anos, aplicando investimentos sustentados com uma ênfase política reforçada no domínio digital, apoiados também por financiamentos europeus.



# Erasmus+: quarenta e quatro Universidades Europeias cooperam a nível transfronteiriço e interdisciplinar



A Comissão anunciou os resultados do convite à apresentação de candidaturas de 2022 para a iniciativa Universidades Europeias: graças a um orçamento recorde de 272 milhões de EUR do programa Erasmus+, 16 Universidades Europeias existentes continuarão a beneficiar de apoio e quatro novas alianças poderão iniciar a sua cooperação. Juntamente com as 24 alianças selecionadas em 2020, 44 Universidades Europeias no total reúnem atualmente 340 instituições de ensino superior situadas em capitais e regiões remotas de 31 países. As Universidades Europeias são alianças de instituições de ensino superior de toda a Europa que cooperam em matéria de educação, investigação e inovação em benefício dos estudantes, dos professores e da sociedade.

Margaritis Schinas, vice-presidente da Comissão, declarou a este propósito: *«Se olharmos para as instituições de ensino superior da Europa individualmente, vemos que cada uma delas é, por si só, um centro de conhecimento e de inovação. Ao ligá-las e ao criar alianças transnacionais, permitimos que se tornem campeões europeus do conhecimento e que continuem a crescer através da cooperação em matéria de educação, investigação e inovação. Acredito que, juntas, as Universidades Europeias levarão o ensino superior na Europa a um novo nível. Felicito calorosamente todos os candidatos selecionados.»*

Juntamente com as 24 alianças selecionadas em 2020, 44 Universidades Europeias, no total, reúnem atualmente 340 instituições de ensino superior em capitais e regiões remotas de 31 países, de todos os Estados-Membros da UE, bem como da Islândia, da Noruega, da Sérvia e da Turquia. Uma novidade do convite à apresentação de candidaturas Erasmus+ de 2022 é que as alianças podem agora aceitar parceiros associados dos países do processo de Bolonha, nomeadamente a Ucrânia, o Reino Unido e a Suíça. Além disso, ao associar-se a cerca de 1 300 parceiros, por exemplo, ONG, empresas, cidades e autoridades locais ou regionais, as Universidades Europeias podem aumentar substancialmente a qualidade e o âmbito do ensino superior.

Mais informações aqui:

[https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip\\_22\\_4702](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_22_4702)



Os ErasmusDays foram realizados pela primeira vez por ocasião do 30º aniversário do programa Erasmus+ da União Europeia (UE) em 2017. O evento celebra o sucesso do programa e mostra os benefícios das experiências de aprendizagem que mudam a vida aos seus beneficiários.

Ao longo dos anos, cada vez mais eventos foram sendo realizados em todo o mundo como parte dos ErasmusDays. Em 2021, foram organizados 5.670 eventos em 67 países em todo o mundo pelos beneficiários do programa Erasmus+

Se é beneficiário do Erasmus+ ou gere um projeto Erasmus+ .....

De 13 a 15 de outubro de 2022, os antigos, presentes e futuros beneficiários do programa Erasmus+ terão a oportunidade de celebrar e partilhar as suas experiências do programa emblemático da União Europeia (UE) de apoio à educação, formação, juventude e desporto.

Entre em contacto com a Agência Nacional que gere o programa Erasmus+ para saber como registar o seu evento.

Mais informações em:  
<https://erasmusmais.pt>



# CEDEFOP

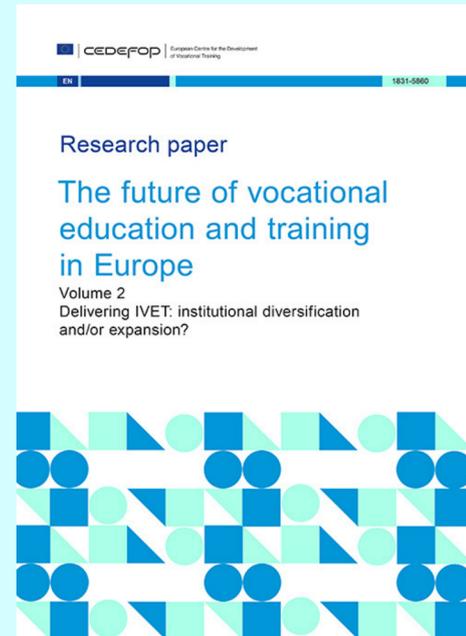
European Centre for the Development  
of Vocational Training

## O futuro da educação e formação na Europa

Este estudo analisa a forma como os dispositivos institucionais para a oferta de EFPI mudaram em resposta a mudanças na procura de competências.

Embora essas opções diferentes variem entre os países, é possível identificar tendências comuns ao longo do tempo, como a hibridização institucional ou a indefinição das fronteiras entre a EFPI e a educação geral. Apesar deste desenvolvimento, a EFPI conseguiu manter uma identidade distinta, que é atrativa para os formandos e conta com o apoio dos principais atores do mercado de trabalho, o que reflete a adaptabilidade e resiliência da EFPI face à mudança.

Com base num estudo em toda a Europa de provedores de EFP e em estudos de caso nacionais aprofundados, o estudo apresenta uma atualização oportuna e uma visão do cenário de EFP em constante mudança. Os resultados mostram semelhanças crescentes na forma como os países configuram os seus sistemas de EFPI. Isto é evidente no alargamento dos currículos de EFPI, no destaque dado ao percurso de aprendizagem em contexto de trabalho, bem como na crescente importância atribuída à autonomia local e regional.



**Aceda aqui a este estudo:**  
[https://www.cedefop.europa.eu/files/5584\\_en.pdf](https://www.cedefop.europa.eu/files/5584_en.pdf)



A orientação e o aconselhamento de carreira são elementos-chave de estratégias abrangentes destinadas a reduzir o abandono precoce do ensino e da formação. Podem ajudar os alunos, não só na tomada de decisões, mas também na gestão das suas transições nos percursos de educação e formação ou da educação para o emprego.

Minimizando os riscos de informações insuficientes ou expectativas irreais, a orientação e o aconselhamento de carreira podem ajudar os alunos a tomar decisões informadas com base nos seus interesses, talentos e aspirações futuras de trabalho, além de prevenir o abandono e a saída precoce do sistema de ensino e formação. Para aqueles que abandonaram precocemente a educação e a formação, a orientação e o aconselhamento profissional podem ajudá-los a regressar e a qualificar-se para o ensino secundário superior. Este documento faz uma análise à forma como as políticas e práticas nacionais de orientação e aconselhamento profissional nos Estados-Membros da UE podem apoiar os alunos em risco e que abandonam precocemente a educação e a formação, através da identificação de padrões comuns e lacunas de informação existentes e estabelece perspectivas futuras.

**Aceda aqui a este documento:**

<https://www.cedefop.europa.eu/en/publications/6211>

## Cidades em transição

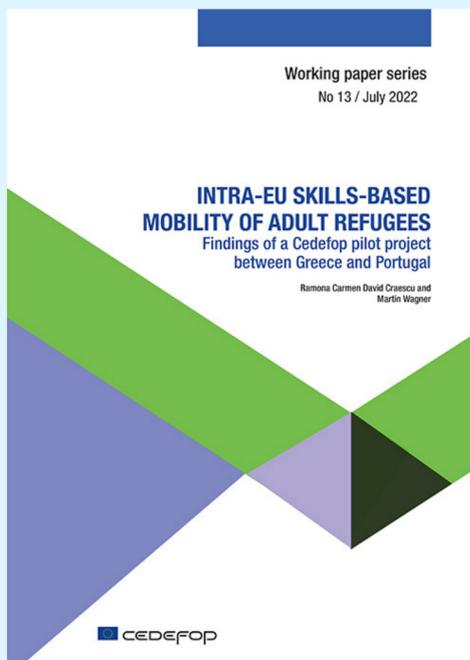
As cidades são atores-chave na mitigação das mudanças climáticas e na definição da transição verde por meio de serviços e competência regulatória. A utilização do conceito de cidade inteligente e verde em ambientes urbanos existentes e novos contribui para alcançar as ambições do Pacto Ecológico Europeu.

Este resumo de política relata um estudo de antecipação de competências do Cedefop que analisou as profissões e competências que mais contribuem para que as cidades se tornem mais inteligentes e verdes e ainda o papel que a educação e a formação profissional podem desempenhar no seu desenvolvimento.



**[Aceda aqui a este documento:](https://www.cedefop.europa.eu/files/9172_en.pdf)**

**[https://www.cedefop.europa.eu/files/9172\\_en.pdf](https://www.cedefop.europa.eu/files/9172_en.pdf)**



## Resultados de um Estudo entre Portugal e Grécia

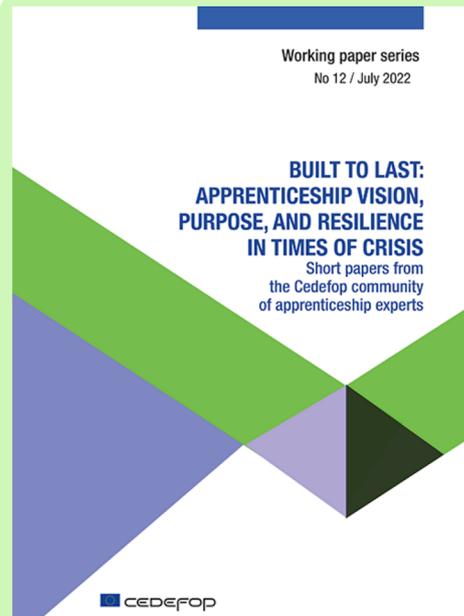
A criação de oportunidades de mobilidade laboral, permitindo que os refugiados se desloquem legalmente dos primeiros países de asilo para os países de acolhimento com base nas suas competências/qualificações e necessidades do mercado de trabalho do destinatário, têm o potencial de proporcionar aos beneficiários acesso a meios de subsistência, aliviar as pressões migratórias para os países da UE e satisfazer as exigências do mercado de trabalho nos países da UE.

O projeto-piloto do Cedefop mostrou caminhos para o sucesso se existir vontade política para a realocação. Acima de tudo, o projeto revelou a importância das redes e a necessidade de envolver ainda mais os empregadores nas estratégias nacionais de migração e integração.

**[Aceda ao estudo aqui:](https://www.cedefop.europa.eu/files/6213_en.pdf)**

**[https://www.cedefop.europa.eu/files/6213\\_en.pdf](https://www.cedefop.europa.eu/files/6213_en.pdf)**

## Construído para durar: visão da aprendizagem, propósito e resiliência em tempos de crise



A crise financeira de 2008, seguida pela pandemia de COVID-19, apresentou desafios significativos – juntamente com algumas oportunidades – para os sistemas e esquemas de aprendizagem em toda a Europa, destacando a sua resiliência em tempos de crise. Esses eventos, juntamente com tendências como as transições verdes e digitais, desencadearam discussões entre as partes interessadas relevantes sobre o objetivo e a sua visão geral para a aprendizagem nos seus países.

[Aceda ao documento aqui:](https://www.cedefop.europa.eu/files/6212_en.pdf)

[https://www.cedefop.europa.eu/files/6212\\_en.pdf](https://www.cedefop.europa.eu/files/6212_en.pdf)

## Tendências Globais de Emprego para os Jovens 2022: Investir na transformação do futuro para os jovens

O déficit global de emprego dos jovens em relação a 2019 foi de 8,2% em 2020, enquanto o déficit correspondente para adultos era menos da metade disso. Os jovens foram especialmente afetados porque as empresas que sobreviveram à crise procuraram, em especial, reter trabalhadores. Além disso, os trabalhadores jovens eram menos propensos a ter a antiguidade e os tipos de contratos que os marcavam para retenção pelos empregadores e, portanto, eram mais propensos a perder o emprego. Por fim, os esquemas de retenção de empregos patrocinados pelo governo, onde existiam, eram menos eficazes na proteção dos jovens trabalhadores.



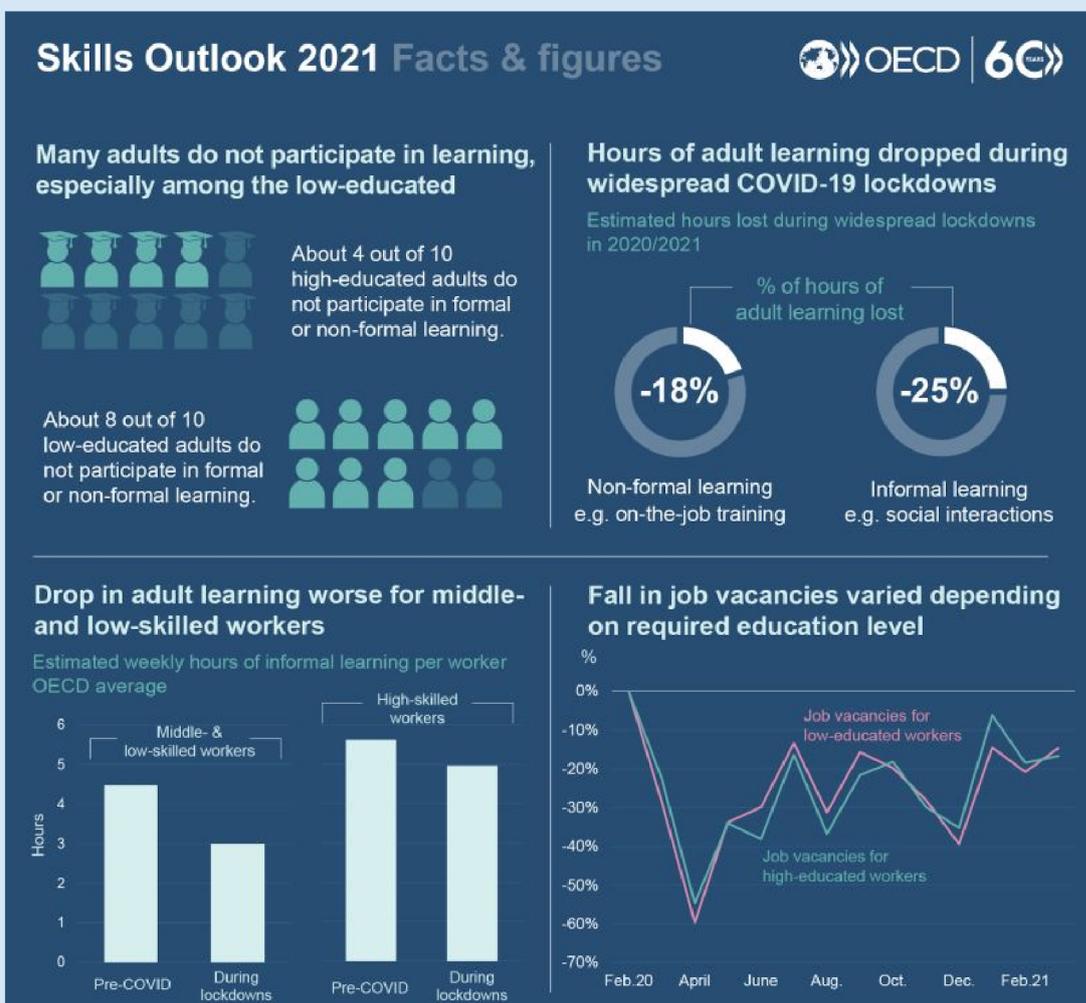
Prevê-se que menos da metade do déficit global de emprego jovem em 2020 seja recuperado até 2022. O déficit global caiu para 5,9% em 2021 e deve diminuir ainda mais para 4,5% em 2022. Isso implica um déficit projetado de emprego jovem de 19 milhões de empregos em 2022. A nível global, a recuperação do emprego dos jovens fica aquém da dos adultos, que até 2022 deverão recuperar mais de metade de seu déficit de emprego em 2020. Prevê-se que a taxa de participação da força de trabalho jovem deva aumentar em todo o mundo em 2022, mas espera-se que permaneça mais de 1 ponto percentual abaixo do nível de 2019. Prevê-se ainda que o desemprego global dos jovens diminua para 73 milhões em 2022, o que ainda estaria 6 milhões acima do nível de 2019.

**Aceda ao Sumário Executivo aqui: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_853329.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_853329.pdf)**

# Destaque: OCDE

A aprendizagem ao longo da vida é fundamental para que os indivíduos tenham sucesso nos mercados de trabalho e nas sociedades moldadas por megatendências, como o aumento da expectativa de vida, as rápidas mudanças tecnológicas, a globalização, a migração, as mudanças ambientais e a digitalização, bem como choques repentinos como a pandemia de COVID-19. Num mundo incerto e em rápida mudança, a aprendizagem ao longo da vida pode ajudar os indivíduos a adaptarem-se e a tornarem-se resilientes a choques externos. Embora o apoio do governo continue a ser valioso para garantir que grandes mudanças estruturais não causem profundas ruturas no tecido social, a criação de uma cultura de aprendizagem ao longo da vida dá aos próprios indivíduos ferramentas para gerirem a mudança. Isso exige evidências sobre as melhores maneiras de apoiar atividades de aprendizagem ao longo da vida, para que os indivíduos possam “aprender a aprender”. Esta edição do OECD Skills Outlook 2021 explora como as políticas, particularmente aquelas que regem o desenvolvimento e a utilização de competências, podem promover melhor a aprendizagem ao longo da vida para todos.

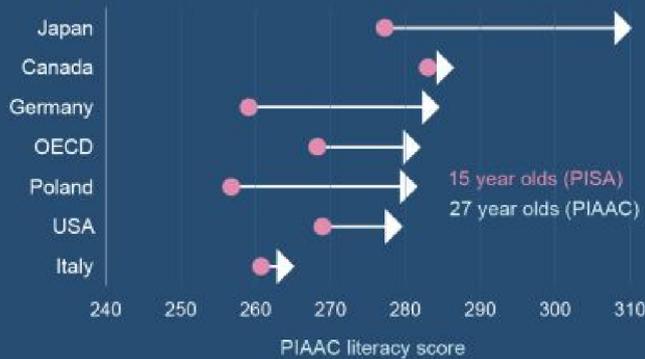
O relatório explora dados quantitativos comparativos para destacar o papel fundamental desempenhado por fatores socioemocionais e motivacionais na formação de um envolvimento bem-sucedido com a aprendizagem ao longo da vida. Embora esses fatores sejam essenciais para sustentar a aprendizagem ao longo da vida em geral, a pandemia aumentou ainda mais sua relevância.



**OCDE - A pandemia do COVID-19 destaca a necessidade urgente de aumentar o investimento em Aprendizagem ao Longo da Vida**

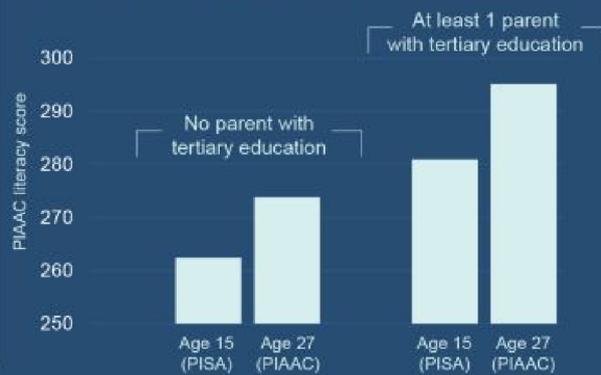
## Skill development is uneven during the key transition years

Low growth in literacy achievement between age 15 and 27 puts future development opportunities at risk



## Socio-economic disadvantages hamper skills at school and in transition years

Disadvantaged children generally have lower literacy scores at age 15 and the gap is even wider at age 27



O Relatório da OCDE afirma que será crucial investir parte dos recursos dedicados à recuperação em programas de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo todos os principais intervenientes e com foco nos grupos vulneráveis, particularmente os jovens, os NEET (nem no emprego, na educação ou na formação) e aqueles cujos empregos correm maior risco de transformação.

No lançamento do Relatório em Paris, Mathias Cormann, Secretário-geral da OCDE, declarou que é essencial que a aprendizagem ao longo da vida se torne uma realidade para todos, uma vez que a crise acelerou ainda mais a transformação da nossa economia e as necessidades de competências. Hoje, muitos adultos não participam em formação no local de trabalho e a pandemia reduziu ainda mais as suas oportunidades de o fazer” e ainda que “nos esforços de recuperação, as competências farão a diferença entre ficar à frente ou ficar para trás, num mundo em constante mudança.



<https://www.oecd.org/education/oecd-skills-outlook-e11c1c2d-en.htm>

## O ENSINO SUPERIOR ENSINA OS ALUNOS A PENSAR CRITICAMENTE?

Existe uma lacuna perceptível e crescente entre as qualificações que um diploma universitário certifica e as competências genéricas reais do século 21, com as quais os alunos se formam no ensino superior. As competências genéricas incluem competências de alfabetização, matemática e pensamento crítico, como resolução de problemas, raciocínio analítico e competências de comunicação. À medida que a automação assume tarefas não cognitivas e menos cognitivas no local de trabalho de hoje, essas competências genéricas passaram a ser especialmente valorizadas.

A Direção de Educação e Competências da OCDE, juntamente com o Council for Aid for Education e a Fundação ZEIT-Stiftung, realizaram um webinar, que procurou trazer pistas da primeira avaliação de competências genéricas (CLA+), realizada em seis países entre 2016 e 2021.

Does Higher Education Teach students to think critically?

Join us for the launch of a new report  
30 August 2022, 18:00  
More info [fal.cn/reoortlaunch](https://fal.cn/reoortlaunch)

Watch on YouTube

ZEIT-Stiftung  
Lernen und Geld  
Bonn

<https://oecdeditoday.com-education-webinars/#previous>

Os países precisam de investir parte dos recursos dedicados à recuperação em programas de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo todas as principais partes interessadas e com foco específico em grupos vulneráveis – incluindo jovens, mulheres e trabalhadores cujos empregos correm maior risco de transformação.”

Mesmo antes da pandemia, apenas dois em cada dez adultos com baixa escolaridade participavam em formação formal ou no trabalho, em comparação com seis em cada dez adultos com elevada escolaridade. A participação na educação de adultos também difere muito entre os países: menos de 25% dos adultos na Grécia, Itália, México e Turquia relatam participar da educação de adultos, em comparação com mais de 55% na Dinamarca, Finlândia, Nova Zelândia, Noruega e Suécia.

A pandemia também pode afetar a atitude de aprendizagem de crianças e jovens. As interrupções no ensino regular levaram muitas crianças a progredir menos do que o esperado no desenvolvimento de competências. A curto prazo, a pandemia pode levar a um aumento do abandono escolar precoce. A médio e longo prazo, um menor envolvimento pode fazer com que a atual geração de alunos não consiga desenvolver atitudes positivas de aprendizagem, num momento de profundas mudanças estruturais que exigirão que os indivíduos atualizem as suas competências ao longo da vida. Além disso, o relatório identifica a causa potencial da desigualdade de género nas oportunidades de formação. Até 28% das mulheres “inativas, mas motivadas” mencionam as obrigações familiares como uma barreira para participar em formação, em comparação com apenas 8% dos homens. A diferença de género aumenta quando as crianças aparecem na família.

Para permitir que mais pessoas continuem a aprender e a atualizar as suas competências, o relatório revela que os países se devem concentrar em três questões principais:



- Colocar os alunos no centro da aprendizagem: oportunidades de aprendizagem diversificadas podem melhorar a qualidade da educação e da formação. O desenho de políticas deve ser inclusivo, acessível e adaptável.
- Competências para toda a vida: a aprendizagem ao longo da vida assenta em competências fundamentais sólidas, como a literacia e a numeracia, a vontade de aprender e o hábito de aprender. As políticas devem aproveitar o poder da tecnologia e, ao mesmo tempo, considerar os efeitos que a tecnologia pode ter nas desigualdades de competências existentes e na criação de novas.
- Forte coordenação para uma aprendizagem inclusiva de alta qualidade: as políticas devem construir uma forte coordenação, gestão do conhecimento e partilha de informação para levar a aprendizagem ao longo da vida à escala necessária. As políticas devem ter como objetivo melhorar os procedimentos de reconhecimento, validação e acreditação para aumentar a visibilidade e a transferibilidade das competências ensinadas nesses programas.

# LEGISLAÇÃO

## **Despacho n.º 8356/202, de 8 de julho**

Aprova o calendário escolar, para os anos letivos de 2022-2023 e de 2023-2024, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames.

## **Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2022,**

Prorroga as ações específicas do Plano 21 | 23 Escola+

## **Decreto-Lei n.º 48/2022-Diário da República n.º 133/2022, Série I de 2022-07-12**

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova medidas excecionais e temporárias para a satisfação de necessidades de recrutamento de docentes para o ano escolar de 2022-2023.

## **Deliberação n.º 797/2022-Diário da República n.º 136/2022, Série II de 2022-07-15**

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Estabelece condições relativas à candidatura dos titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados aos ciclos de estudo de licenciatura e de mestrado integrado.

## **Despacho n.º 10113/2022 - Diário da República n.º 158/2022, Série II de 2022-08-17**

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado da Educação e do Trabalho

Designa em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, a Doutora Ana Cláudia Formiga Fernandes Valente para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

## **Portaria n.º 184/2022, de 21 de julho**

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto, que cria os cursos de Português Língua de Acolhimento, designados «cursos PLA».

## **Procedimentos e Orientações para o desdobramento de turmas**

Procedimentos e orientações para o desdobramento de turmas no âmbito dos cursos profissionais.

